

Sérgio Cabral*

Reagan X Trump

Ronald Reagan era um ator de Hollywood que se converteu em porta-voz da General Electric, em seguida um político com destaque no partido republicano. Foi eleito governador da Califórnia em 1966 e reeleito em 1970. Foi pré-candidato a presidente dos EUA e perdeu as primárias do partido em 1968 e 1976. Em 1980, ganhou a convenção republicana e se elegeu o 40º presidente dos Estados Unidos. Se reelegeu, em 1984, e fez seu sucessor, George H. W. Bush, em 1988 - seu vice-presidente durante os 8 anos de mandato presidencial.

Donald Trump, empresário norte-americano, envolvido durante sua vida de negócios com concurso de miss, imóveis, hotéis, cassinos e programas televisivos. Nunca havia disputado uma eleição até se colocar como pré-candidato, em 2015, pelo partido republicano. Ganharia a eleição de 2016 com a menor votação popular da história do país, sendo eleito pela maioria dos delegados do colégio eleitoral. Perdeu a reeleição, em 2020, e plantou um movimento para impedir a posse de seu sucessor, Joe Biden, com a invasão do Capitólio. Voltou ao poder, em 2024, sendo o segundo presidente dos EUA a retornar à presidência depois de perder a reeleição. Biden, com problemas cognitivos, passou à vice-presidente, Kamala Harris, a disputa contra Trump tardiamente.

Reagan se aliou a Margaret Thatcher, primeira-ministra britânica e ao papa João Paulo II, e sem dar um tiro sequer, derrubaram o regime decadente soviético, os regimes comunistas da Europa Oriental, tendo a queda do Muro de Berlim, meses depois de ter deixado a presidência dos EUA, como marco e símbolo da política externa bem sucedida pela tríade Reagan/Thatcher/João Paulo II.

Trump é sustentado por um movimento de direita que beira o fascismo com táticas de caça aos imigrantes como se fossem baratas. Tem desprezo pelos demais poderes e pelas instituições. Olha para a América Latina com desprezo.

Tentou desestabilizar a democracia brasileira, conquistada com sangue, suor e lágrimas. Puniu um ministro do STF e sua esposa com a lei Magnitsky, retirou vistos americanos de outros ministros do Supremo e de membros do executivo brasileiro, meteu uma sobretaxa nos produtos brasileiros exportados aos EUA, e achou que com isso o Brasil ficaria de joelhos; não ficamos.

A Venezuela é um país depauperado pela incompetência, autoritarismo e corrupção de uma tal revolução bolivariana criada por Hugo Chávez e sucedida por Nicolas Maduro. Eles estão no poder há mais de 25 anos. Sete milhões de venezuelanos fugiram da desgraça bolivariana. Mais de 600 mil estão no Brasil. A Venezuela tem a maior reserva de petróleo do mundo, com mais de 300 bilhões de barris confirmados. Só produz 1,1 milhão de barris/dia. O Brasil tem menos de 20 bilhões de barris confirmados de reserva e produz diariamente mais do que o dobro da Venezuela: 3 milhões de barris/dia.

O sequestro do ditador Maduro e sua mulher pelas forças armadas dos EUA é mais uma jogada trumpista de show midiático sem resultados práticos. Recentemente, recebeu Vladimir Putin no Alaska, de maneira pomposa, como se fosse capaz de dobrar o ditador russo. Se deu mal. A Rússia não é a Venezuela. Com os chineses, sempre que tenta falar mais alto, é obrigado a abaixar o tom.

Donald Trump quer o petróleo venezuelano para a indústria petrolífera norte-americana, seus maiores patrocinadores. Pouco liga para os venezuelanos e muito menos pela implantação de uma democracia no país. Os líderes europeus reagiram de maneira tímida e covarde. O Brasil reagiu com mais altivez.

Reagan, de onde estiver, deve estar pensando: "esse cara num filme estrelado por mim, nem para coadjuvante serviria".

*Jornalista. Instagram: @sergiocabral_filho

Barros Miranda*

Desafios do Itamaraty em 2026

Em 2026, a política externa brasileira enfrenta um conjunto de desafios complexos que exigem equilíbrio, pragmatismo e visão de longo prazo. O cenário internacional segue marcado por tensões geopolíticas, rivalidades entre grandes potências e instabilidade econômica, o que reduz o espaço para posições simplistas e aumenta o custo de erros diplomáticos. Para o Brasil, país de dimensões continentais e interesses diversos, o principal desafio é transformar seu peso potencial em influência real.

Um dos eixos centrais é a necessidade de manter autonomia sem isolamento. O Brasil precisa dialogar com diferentes polos de poder, como Estados Unidos, China e União Europeia, evitando alinhamentos automáticos que limitem sua capacidade de negociação. Essa postura requer diplomacia profissional, coerência entre discurso e prática e clareza sobre prioridades nacionais, algo nem sempre presente em contextos de polarização política interna.

Outro desafio relevante está ligado à agenda ambiental. A preservação da Amazônia e o compromisso com o desenvolvimento sustentável tornaram-se temas incontornáveis da política externa. Em 2026, o Brasil é cobrado não ape-

nas por promessas, mas por resultados concretos. Ao mesmo tempo, o país precisa evitar que a pauta ambiental seja usada como barreira disfarçada ao comércio, defendendo seus interesses econômicos sem comprometer a credibilidade internacional.

No campo econômico, a inserção do Brasil nas cadeias globais de valor continua limitada. Ampliar acordos comerciais, modernizar o Mercosul e diversificar parcerias são tarefas urgentes, especialmente diante de um mundo mais protecionista. Isso exige coordenação entre política externa e política industrial, além de diálogo com o setor produtivo e a sociedade.

Por fim, há o desafio de recuperar e fortalecer a imagem internacional do Brasil como ator confiável e construtivo. Isso passa por defender o multilateralismo, investir na cooperação Sul-Sul e valorizar a tradição diplomática brasileira. Em 2026, mais do que escolher lados, a política externa do Brasil precisa escolher estratégias inteligentes para promover desenvolvimento, soberania e relevância internacional.

*Historiador e Jornalista

EDITORIAL

Dados que refutam mitos e preconceitos

O dado revelado pelo estudo do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da PUCPR, com base no Censo Demográfico de 2022, deveria provocar mais do que surpresa: deveria gerar reflexão coletiva. Saber que cerca de 0,86% das pessoas com 60 anos ou mais no Brasil, aproximadamente 306 mil idosos, se autodeclararam no espectro autista desmonta, de uma vez por todas, a ideia equivocada de que o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um fenômeno recente ou uma "moda" dos tempos atuais.

O autismo sempre existiu. O que mudou foi a ciência, que refinou seus critérios diagnósticos, e a sociedade, que passou a falar mais, ainda que de forma insuficiente, sobre o tema. Quando um levantamento aponta que homens idosos apresentam uma taxa ligeiramente maior de TEA (0,94%) em comparação às mulheres (0,81%), ele não apenas quantifica uma realidade invisibilizada, mas expõe décadas de silenciamento, desconhecimento e preconceito.

A sociedade ainda insiste em encaixar comportamentos humanos em padrões rígidos. Quem foge à norma costuma ser rotulado como "difícil", "antisocial", "excêntrico" ou "problemático". No caso dos idosos autistas, essa violência simbólica é dupla: so-

ma-se o preconceito contra a neurodiversidade ao etarismo, essa forma perversa de discriminação que trata o envelhecimento como sinônimo de incapacidade, inutilidade ou decadência.

É preciso compreender que o TEA é uma condição do neurodesenvolvimento que acompanha o indivíduo ao longo de toda a vida. O fato de os sinais geralmente se manifestarem na infância não significa que desapareçam com o passar dos anos. Pelo contrário: em adultos mais velhos, o reconhecimento do autismo ainda é limitado, tanto no diagnóstico quanto no acesso a terapias e acompanhamentos adequados. Muitos desses idosos passaram a vida inteira sem compreender por que se sentiam deslocados, por que a interação social era exaustiva ou por que precisavam de rotinas rígidas para se sentirem seguros.

Diante desse cenário, os números não devem ser vistos apenas como estatísticas frias, mas como um chamado à empatia. Reconhecer que existem idosos autistas é reconhecer que a diversidade humana atravessa todas as fases da vida. É entender que comportamentos diferentes não são falhas morais, falta de educação ou "teimosia da idade", mas expressões legítimas de uma forma distinta de perceber e interagir com o mundo.

Opinião do leitor

Blindagem

O relator da CPMI do INSS quer ouvir o filho do Presidente Lula, atualmente morando na Espanha, mas está sofrendo pressões, para que não o faça. Reza a Constituição Federal de 88, ainda vigente, que todos são iguais perante as normas jurídicas, preceitos e prescrições.

Luiz Felipe Schittini
Rio de Janeiro - Rio de Janeiro

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral)
patrickbertholdo@correiodamanha.net.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
redacao@correiodamanha.com.br

Redação: Gabriela Gallo, Iye Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Thiago Ladeira

e Anderson Sá

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

WhatsApp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520

Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes

Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: 0455-0000

Campinas: 11 3202-0000

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.